Wieviorka, Michel (2005) *La Violence*, Paris, Hachette Littératures

O livro tem três partes. Na primeira é apresentada a nova situação da civilização ocidental no último quartel do século XX por comparação com o quartel imediatamente anterior, no sentido de mostrar os principais elementos de uma nova configuração paradigmática, teórico-pragmática. Quer dizer, os novos sentidos da violência política no quadro histórico e social actual. Na segunda parte são revistas algumas das explicações tradicionais sobre o que seja a violência, apresentados exemplos e analisadas as suas fraquezas. A terceira parte serve para apresentar uma tipologia das violências observadas na literatura recenseada, a partir da perspectiva previamente construída em torno do conceito de sujeito social na história. Isto é, em torno dos actores sociais cujo sentido histórico da acção é compreendido como relevante e aprovado pelo sociólogo para construir o futuro. Por isso essa tipologia é do sujeito mas também do anti-sujeito, protagonizado por agentes sociais cujo sentido da acção ou é ou não é compreendido ou é ou não desaprovado pelo sociólogo. A agência modernizadora parece-lhe preferível e a agência contra-modernizadora condenável. Os terroristas islâmicos são o protótipo deste tipo de agenciamento negativo. Os protagonistas dos motins são exemplos menores desse tipo de agenciamento. Sobre a violência de Estado, o livro não fala.

É difícil esquecer a sensação de estarmos a ser moralmente conduzidos por labirintos tecidos pela comunicação social francesa, pelas controvérsias políticas que nela emergem, e pela vontade de afirmar a superioridade de uma perspectiva analítica centrada no pensamento de Alain Touraine, a quem de resto o livro é dedicado, nessa disputa. No final não fica claro qual seja o futuro dessa modernidade de sujeitos (e anti-sujeitos). Que sociedade prefere o autor? Já que as suas preferências (políticas, sociais, culturais) interferem tanto com as descrições que faz das violências que descreve, é preciso estarmos a par do seu posicionamento político em França para melhor avaliar o sentido do que é dito.

Pode presumir-se uma defesa do *status quo* social-democrata (pelo modo como faz da Guerra Fria um modelo de violência a comparar benevolamente com a sociedade de riscos actual), na defesa do conflito institucionalizado e no repúdio da violência que se lhe opõe. O que pode ter sido mais consensual quando a UE atraia as atenções de migrantes e de países fronteiriços, em particular os que saíram da esfera soviética, quando a afluência europeia era modelo para os países do Sul e de Leste da Europa. Já não é tão óbvio quando a UE se divide e discrimina internamente, tanto a nível dos grupos de excluídos (que se foram acumulando e ignorados enquanto cidadãos, como mostra o fracasso das políticas contra a pobreza) como a nível de grupos de Estados conhecidos por PIIGS (cujo nome e mau estar actuais não podem deixar de ter consequências transformadores, sem que dessa transformação se possa esperar nada de bom, de momento).

Isto é, terão que ser as sociedades a tomar conta de si, porque é esse o ideário neoliberal e porque a tal obrigam os Estados que se tornam cada vez mais satélites burocráticos das conspirações de Bruxelas e cada vez menos representantes dos respectivos povos. E há uma tradição sociológica que imagina poder confrontar a sociedade com os mercados e os Estados – de acordo com a divisão de dimensões sociais proposta por Max Weber e confirmada por Parsons, sem contestação útil até hoje na teoria social. E há os mais voluntaristas entre os sociólogos que imaginam que neste combate a sociedade (desarmada financeira e militarmente) está em condições de impor as suas regras e interesses.

Embora reclamando-se da sociologia, o livro reconhece não ser claro onde se possa ir buscar as fontes e os interlocutores: “[dans les années quatre-vingt] le débat philosophique, moral ou étique semble clos s´il s´agit de violence, les intellectuels occidentaux ont dans l´ensemble pris des distances par rapport à elle (…)” op.cit.:68. Pode é ler-se clássicos da filosofia e das ciências sociais, porque todos terão escrito sobre a violência : “Il n´est pas de penseur importante, dans les sciences sociales comme en philosophie politique, qui n’ait, d´une façon ou d´une autre, exprimé un point de vue sur la violence (…)” op.cit.:143. Wieviorka reconhece ser necessário sair do estrito campo da teoria social e ir a montante para empreender um estudo e intervenção (normativos) sobre o sujeito, o actor histórico localizado no espaço e no tempo, de que o próprio investigador procura ser parte integrante: trata-se de “explorer les processus et les mécanismes par lesquels se forme et passe à l´acte le protagoniste de la violence, individuelle ou collective, le considérer en tant que sujet, au moin virtuel, pour envisager autant qu´il se peut le travail qu íl produit sur lui-même (…)” op.cit.:218.

Para Wieviorka, a sociedade – como os mercados ou o Estado – são, ao mesmo tempo, campos e instrumentos de acção, mais ou menos violenta, dos sujeitos. E estes são emergências sociais, protagonistas com lógicas próprias produzidas por reflexão própria, que se elevam na história e a marcam com o seu cunho – coisa que a sociologia, demasiado igualitária na consideração das acções individuais e colectivas, não tem condições para entender: de onde vem a energia transformadora que produz as sociedades do futuro?

Todos os pensadores dignos de nome pensaram a violência, diz o autor, op.cit.:143. Nas últimas décadas, dado o declínio do intelectual clássico, empenhado politicamente, portador de propostas revolucionárias e de ruptura (op.cit.:68), a violência tornou-se tabu, acrescenta. Portanto, para tratar da violência hoje, teremos de ultrapassar (ignorar?) a sociologia (e outros saberes) feita nos últimos anos e recomeçar a partir de uma visão multidisciplinar (sem fidelidades disciplinares? Ou com fidelidade a alguma corrente de pensamento intelectual clássico?).

O livro não autoriza a interpretação. Mas pode presumir-se uma crítica às tendências pós-modernas que caracterizam as últimas décadas nas ciências sociais, em particular a sua dispersão. Wieviorka presumivelmente entende – bem, do meu ponto de vista – que não serão, portanto, as resultantes dessa dispersão que podem constituir ajudas à reflexão social necessária à transformação. Mais do que sociólogo o autor apresenta-se como caçador de sujeitos (“au moin virtuel”) nem que sejam virtuais, para dos respectivos ombros ajudar a conduzir a sociedade (a partir dos instrumentos que possam estar a disposição) a bom porto. Presume uma desigualdade social e ontológica, bem como privilégios que têm sido associados a tais desigualdades. E aqui está aquilo a que sou sensível – as normas jurídicas reconhecem que os presos têm os mesmos direitos dos cidadãos, mas isso não é praticado: portanto, quem quiser respeitar o direito estabelecido (máxime direitos humanos) convém saber reconhecer o facto de já existir sujeito (pelo menos virtual) que se for compreendido e respeitado (por tanta gente quanto possível) será um bom guia para o desenvolvimento social.

Deste ponto de vista, a leitura da violência por Wieviorka aparece como despreocupada com a violência do Estado e do mercado contra a sociedade e interessada sociologicamente (desta vez) com a violência despolitizada a que, depois de lhe negar qualquer utilidade política, reforça a despolitização para melhor a desqualificar moralmente.

Homenagem a um intelectual clássico, o livro de Wieviorka sobre a violência não nos esconde os seus limites: “Ce livre n´a pas pour object la violence de l´État” (op.cit.:281), por esta ser legítima e, portanto, distinta das outras formas de violência. Embora o livro inclua um capítulo inteiro sobre o assunto (op.cit.:47-80) e um breve excurso no final (op.cit.:280-281).

Torna-se difícil resumir um argumento tão sinuoso, em que violência de que se trata nunca é definida, as referências teóricas são dispersas entre a sociologia, a política, a filosofia e a psicologia, as relações internacionais, o autor trata de usar e criticar outros autores a quem explora os casos de violência, raramente tratados em primeira mão: “Ne faut il pas reconnaitre, en cette fin de parcours, la diversité et même le caractère à bien des égards contradictoire, éclaté, des perspectives et des modes d´approche qui ont été abordés tous au long de cette ouvrage, parfois vivement critiqués mais rarement totalement rejetés?” (op.cit.:283). Ficamos remetidos às próprias conclusões síntese do autor, que por sua vez, como se verá, remetem para os princípios de onde parte, numa tautologia teórica que pode ser a causa do efeito estonteante que a leitura parece provocar.

Capítulo a captítulo

Faremos, em todo o caso, referências às ideias que nos ficaram de cada capítulo, antes de chegarmos à apresentação da tipologia proposta no final. A primeira parte tem quatro capítulos, sendo o primeiro para distinguir conflito (melhor) de violência (pior).

Conflito é suficientemente organizado para traduzir construtivamente as diferenças entre os actores sociais organizados desse modo (como pode parecer ser claro hoje que aconteceu na Guerra Fria – porque a guerra nuclear não aconteceu e o tempo da Guerra Fria já acabou. Há quem diga que grandes ameaças, como a do suicídio nuclear, são boas formas de prevenção da violência. “(…) un conflit central d´autant moins violent que les acteurs contestataires étaient eux-mêmes puissants (…)” (op.cit.:26). Mas convém não levar tal tese a sério. Veja-se a exploração colonial da América do Sul ou dos países soviéticos, o Gulag primeiro na Sibéria e depois na Califórnia. Para não falar das misérias do Vietnam e do Afeganistão. Trata-se apenas de uma exploração do efeito da estupidez natural que ocorre quando ignoramos a natureza humana dos protagonistas: quem viveu no tempo da Guerra Fria sabe bem que o risco era real e, sobretudo, incontrolável. Ou a crise da Baía dos Porcos nunca existiu?).

As disputas, em condições de conflito organizado por instituições poderosas, segundo o autor, são canalizadas para formas conhecidas de interacção social, onde os actores sociais representantes dos diferentes interesses em jogo são levados a conviverem e tornarem-se colegas, isto é, profissionais da transformação das contradições em novas contradições, seja para que tudo fique na mesma (no caso dos conservadores) seja para que tudo mude (no caso dos reformistas), na condição de que as instituições que organizam os conflitos se mantenham operacionais e capazes de oferecer as vantagens que tornam o sistema atraente (em geral, benefícios suplementares e auto-administrados para os negociadores de todas as partes, de modo a que isso fique o seu (deles) pequeno segredo que os torna solidários entre si).

“(…) faute d´une relation social dans laquelle ils pourraient se définir par rapport à un adversaire, un dominant, un explorateur” (op.cit.:31) a violência, como nos motins protagonizados por jovens excluídos dos arredores das cidades, arrisca-se a ser só destrutiva e fundada em equívocos, para não falar de poder ser contagiosa. Era preferível, deduz-se, o estado de Guerra Fria do que a conflitualidade actual (embora ninguém esteja em condições de optar). Não é tanto uma questão de facto, mas de sentido: “(…) lorsque les quartiers ouvriers se délitent, que les réseaux syndicaux, politiques ou associatifs (…) s´étiolent ou disparaissent, la violence à gravité égale, ou comparable, est perçue comme bien plus insupportable et dangereuse qu´auparavant” (op.cit.:32). De um sentir próprio de uma geração, com a qual o autor se identifica, nascida para a vida política nos anos setenta e que, no caso português, se tornou famosa por chamar “geração rasca” aos estudantes que nos anos 90 organizaram as suas lutas contra o Estado. Pode ser que para alguns esta desqualificação do que vem a seguir, do conflito com sentido para a violência sem sentido, seja efeito da idade de quem sente e se sente fragilizado pela idade, efectivamente não aconselhável para se meter em correrias com a polícia atrás. “comme dit Alain Touraine, ´l´idée de mouvement doit être nettement séparée de celle de violence´” (op.cit.:35). Eu já tenho idade para concordar com isso. Mas o problema continua de pé: há escolha? Para se perguntar de outra forma: há democracia?

O segundo capítulo é sobre a violência e o Estado. Mas, como vimos acima, o autor diz que a violência do Estado não é tratada no livro. A democracia também não é assunto tocado. Para que servirá o segundo capítulo, então? É sobretudo assinalada a violência extra-estatal, dividida em infra-estatal (causada pela privatização da economia) e meta-estatal (causada pela maior influência das ideologias, em particular religiosas), conforme se refere a disputas localizadas ou disputas a respeito de mundos virtuais. “Ainsi, le déclin des institutions et la poussée de l´individualisme moderne créent-ils des conditions favorables sinon à plus de violence en général, du moins à l´essor de certains formes de violence, anomiques, délinquantes (…)” (op.cit.:67). Outra vez a mesma ideia: pode ser que a violência não seja maior. Não é isso o mais importante. Afinal estamos a avaliar o sentido da acção, conforme prescrito por Max Weber e continuado pelas teorias accionalistas. O que parece certo, aos olhos de Wieviorka é que a violência é sentida como mais intensa e agressiva, por razão das “difficultés de construction de soi comme sujet” (op.cit.:67), por razões de contexto social e da sensibilidade dos “intelectuais”, a que o autor implícita e criticamente se associa. Critica-os por fazerem tabu da violência e por a oporem à sociedade (op.cit.:67), mas, salvo melhor opinião, é isso mesmo que o próprio Wieviorka faz.

O terceiro capítulo chama a atenção para a nova importância das vítimas associadas globalmente em defesa de causas específicas, o que é um processo com virtualidades mobilizadores e moralizadoras (o que distingue o estado penal do estado providência) mas também com perigos e riscos, nomeadamente os decorrentes da incapacidade do estado de fazer face ao crime, a transferência para os media de funções judiciais, a produção de pânicos morais (op.cit.:97-98). As violências de guerra, contra as mulheres, as crianças e idosos, por exemplo, “c´est la negation du sujet” (op.cit.:101). E embora os movimentos sociais trabalhem em harmonia com as diversas instituições (não me parece que seja o caso em Portugal, mas talvez seja assim em França) há insuficiências – neste aspecto semelhante no nosso país – quanto “du silence et de la faible mobilization des victimes concernés” (op.cit.:103). Silêncios eventualmente produzidos ou pelo menos não combatidos pelo Estado e pelas suas instituições, eventualmente por não serem compreensíveis no quadro da luta de classes institucionalizada em parceiros sociais privilegiados, que refletiram uma situação social entretanto ultrapassada mas institucionalmente mantida (artificialmente? Democraticamente? – sem resposta).

Por fim, no quarto capítulo, fala-se dos meios de comunicação de massa e o uso e manipulação que fazem da violência, bem como o modo como são usados pelo terrorismo, por exemplo, para os seus próprios efeitos.

Há uma proximidade grande entre os temas abordados nesta primeira parte e os temas jurídicos chamados para lidar com a violência nos tribunais criminais. A começar por reduzir a violência a casos circunstanciais cujo sentido é separado do acto e dos quadros políticos gerais (democracia e obrigação de combate à exclusão social, por exemplo) e a acabar por um julgamento de quem se coloca acima das circunstâncias, apesar de não ser essa a opção epistemológica explícita do autor. Pensado de outro lado, o balanço entre o sociólogo – neutral e distante – e o intelectual clássico – localizado e interventor – pode explicar algumas das contradições assinaladas no texto e também a incompreensão sobre o mecanismo cognitivo que faz da violência um tabu intelectual. Tabu que Wieviorka assinala e, ao mesmo tempo, reconstrói, ao classificar a violência em boa e má, conflitual e sem sentido, estatal e extra-estatal, política e delinquente, protagonizada por um sujeito ou anómica, segundo critérios subjectivos e subjectivistas. Seguros apenas pelo prestígio intelectual do autor. Que é suficiente para o efeito.

Num caso a julgar há que discutir as motivações da acção criminosa (os conflitos), o lugar da vítima nos acontecimentos, ponderar o modo como os relatos sobre a acção chegam ao tribunal – documentalmente ou via testemunhas – e ainda qual deve ser a posição do Estado perante o caso: de aprovação ou condenação. A diferença é que neste livro trata-se de uma profusão de casos, partindo do princípio que são transparentes, e num tribunal justo cada caso seria ponderado com mais informação e detalhe. Claro que das decisões deste livro não sairão erros judiciários. Mas saem reforços de ideologias jurídicas, políticas e sociais discriminatórias de grupos sociais inteiros, que poderiam ser tratadas de outro modo. Sai a ideia da necessidade de a teoria social ponderar e articular saberes e conhecimentos com as ciências jurídicas, nomeadamente no campo criminal, e o tabu que terá que ser vencido para que esse tipo de tarefas possa vingar, no futuro.

Por exemplo, perpassa por várias passagens do livro a acusação contra certas formas de islamismo. Para quem lê em Portugal é estranho, pois não é conversa quotidiana. Para quem leia em França, para o público, admite-se que possa ser uma ladainha banalizada pelos *media*. E há então duas atitudes a tomar: ir à procura de mais informação sobre as violências islamitas contra a sociedade francesa (e, nesse caso, talvez fosse de ponderar também a literatura sobre a violência da sociedade francesa contra os islâmicos, dentro e fora da França) e contestar as simplificações, nomeadamente as reduções da capacidade de observação da violência (excluindo a com origem no Estado, por exemplo a criminalização dos imigrantes) apenas por razões ideológicas (porque são legítimas, no sentido clássico de Max Weber).

A posição política do autor, todavia, está implicitamente marcada. E feita através de um processo de condenação geral dos activistas islamistas e um alheamento geral do terrorismo de Estado, que é reconhecido existir mas não é tratado neste livro.

Não reclamo nem do ponto dos apoiantes da guerra santa, nem do ponto de vista da neutralidade da ciência. Reclamo do ponto de vista científico que preferiria que a conjuntura internacional descrita o pudesse ser de forma a não confundir a infrapolítica com a metapolítica, isto é, a estigmatização e discriminação xenófoba (que deve ser combatida, e não o é, por exemplo na Europa) e a política de sublevação de alguns dos aliados não ocidentais do Ocidente contra a própria civilização ocidental (o que me parece uma reedição – em dúvida a evitar, se possível – das intervenções anti-islâmicas, de que Portugal foi pioneiro e a que deve a sua própria identidade nacional). Se há que opor-se ao fundamentalismo islâmico, não há que se opor a muitas outras formas de oposição ao império ocidental no mundo, nomeadamente as que tentam construir jogos democráticos susceptíveis de integrar nos benefícios da paz as centenas de milhões de excluídos, muitos a viver fora da UE mas outros a viver nas nossas cidades todos os dias. Se há que defender a justiça e as vítimas de injustiça, não há que ter esperança de serem os tribunais a promoverem esse trabalho, porque, ainda que funcionassem bem, não teriam condições para o fazer. Há que ver mais largo.

Reclamo da sociologia um cuidado especial para não reforçar “cientificamente” os estigmas sociais (em grande parte produzidos e promovidos pelo Estado, nomeadamente através do direito criminal) e para pugnar pela igualdade de oportunidades desde a sua configuração epistémica. Ver-se-á melhor adiante o que isto pode significar. Mas de imediato, e relativamente à caracterização do novo paradigma de sentido em que a violência está a ser avaliada, não me parece que se possa dizer haver um ponto privilegiado de observação em “le grand désordre” sobre qual seja a violência boa e a má, sobretudo porque dificilmente será possível isolar a violência dos contextos em que ela ocorra e evitá-la ou provocá-la, a não ser a partir de instituições sólidas, como as proporcionadas pelos Estados.

Na segunda parte o autor traz uma série de casos de violência encontrados na literatura e analisa as diferentes formas de entender a violência. Novamente é mais importante o sentido atribuído à acção e à violência no quadro da acção do que a violência, que acaba por ser uma designação variável na sua relação com o que se pretende designar, sem que seja oferecido a leitor oportunidade de discutir ou reflectir na relação entre a expressão e o designado em cada caso.

Apresenta os casos separados em três capítulos referidos a interpretações sobretudo políticas (crise e frustrações) económicas (violência instrumental) e sociais (cultura e personalidade). E conclui esta segunda parte com um estudo sobre os limites destas interpretações, à luz da teoria do sujeito.

No quinto capítulo, o primeiro desta parte, trata de frustração de espectativas como fonte de violências. Trata-se de uma explicação sobretudo psicológica, centrada na reacção de pessoas menos capazes a situações que lhes são adversas, típica das pessoas que estão confortáveis na vida e lhes dá conforto explicações que envolvam inveja de terceiros relativamente às suas próprias posições. O sexto capítulo começa com Hobbes e a sua proposta de tornar pública e racionalmente controlável a violência. Racionalidade significa ao mesmo tempo temperança no exercício da violência e condução da violência em função de interesses públicos – por exemplo, a violência sindical nos piquetes de greve nos EUA, na época da formação dos sindicatos, seriam formas de angariar sindicalizados, isto é, evitar que os trabalhadores evitassem envolver-se nas lutas laborais, por saberem que qualquer que fosse o resultado, se houver benefícios os não grevistas também disso ganhariam. A violência é vista, nesta interpretação, como um recurso para efeitos de valorização económica do trabalho. Noutra perspectiva, a violência presente nas grandes manifestações resultaria das limitações da organização mas também de interesses em dar uma vinculação especial aos manifestantes e aos poderes contra que se opõem motivada pela presença da violência. Neste contexto, a actuação das forças da ordem (como lhes chama o autor) têm responsabilidades no desencadear e sobretudo na difusão da violência, a partir dos resultados das suas estratégias e tácticas repressivas. O capítulo sete refere as teorias que imputam às diferentes culturas e personalidades associadas maior ou menor predisposição para o exercício da violência. Refere Adorno e as suas tentativas de compreender a hipérbole de violência nazi. O que merece um comentário de Wieviorka que vale a pena registar: “Il est toujours dangereux de se lancer dans ce type de raisonnement, qui impute à d´autres groupes que le sien propre une sorte d´essence de la barbarie” (op.cit.:188). Por exemplo, pode fazer-nos espécie como é que povos civilizados se deixam envolver em guerras, mas nem sequer nos damos conta dos custos em vidas da cultura do automóvel. Há culturas de violência e violências da cultura. Há também agressividade que não deve ser confundida com violência (como fará Elias ou Girard).

No capítulo oitavo, o autor reconhece que “l´apport principal de la sociologie classique à l´étude de la violence se trouve du côté des raisonnements qui s´intéressent au protagoniste de l´action violente (…)” (op.cit.:203). A principal distinção clássica é a que distingue a violência instrumental da violência expressiva (exprime directamente os estados de espírito e as emoções, sem mediações, sem separação de meios e fins, um fim em si mesmo). No extremo, a uma violência normalizada, fria, por um lado, contrapõe-se uma outra naturalizada (eventualmente patologizada), quente, por outro lado. Típicas de camadas populares distintas. Não trata nem serve para certas formas de violência, como sem sentido possível, como a crueldade dos genocídios ou a violência gratuita dos nazis, que são na verdade o que há de fundamental a explicar sobre o que possa ser a violência.

Na terceira parte explica ao que vem: mostrar que a violência, ou melhor os agentes sociais promotores da violência, serão melhor explicados ou pelo menos compreendidos se forem pensados como sujeitos, isto é, entidades a montante da sociedade – visto que esta última não comportaria uma dimensão volutiva – cujo sentido da acção pode ser tipificado, segundo o método ensinado por Max Weber. Os quatro capítulos finais tratam de associar a violência ao contrário do sentido (será uma perda de sentido ou uma recarga de sentido em falta; será um sem sentido; será uma expressão da crueldade; será, em suma, o anti-sujeito, na medida em que o sujeito promove a construção social e a violência a destruição).

A sociologia tratada na segunda parte trata sobretudo de estudar as condições favoráveis à acção ou os interesses jogados na acção, para que esta seria instrumental. O sentido da acção é pouco tratado, queixa-se o autor (op.cit.:217). Isto é: entender os processos e mecanismos através dos quais o protagonista da violência se constitui e passa à acção (op.cit.:218) em que está sempre em causa o controlo que se pretende afirmar mas que é precário (op.cit.:220).

A perda de sentido ocorre quando o conflito, o reconhecimento dos adversários e a institucionalização da relação conflitual, se torna impossível. Só há lugar a inimigos. Falha a capacidade do sujeito de fazer sociedade (op.cit.:221). As justificações da acção passam a incluir a justificação da violência (op.cit.:222). Isto é, a perda de sentido não é necessariamente silenciosa (op.cit.:223). Por vezes a violência é mitificada, como forma de tornar possível a acção histórica (caso ETA) (op.cit.:225). Pode ser integrada numa ideologia que a justifica para além da experiência, por razões de sentido de justiça e de verdade – autenticidade e identidade, acrescentaria (op.cit.:229). As reelaborações míticas ou ideológicas podem conseguir recarregar sentidos que se tinham perdido, fazendo-o em torno da esperança (op.cit.:230). Mas também podem confundir-se com desespero, ódio, decepção e auto-destruição, como o caso do 11 de Setembro de 2001 terá sido para os seus protagonistas (op.cit.:235) montados numa duplicidade irreconciliável de campos e tempos fatal (op.cit.:236). É possível, portanto, oferecer um sentido ou dois à acção violenta e evitar as hipóteses do niilismo e da ausência de sentido (op.cit.:236-7).

A hipótese do *non-sens* é protagonizada pela tese da banalidade do mal e experiência de Milgram, que registam e aceitam como natural a cultura de obediência e passividade dos actores violentos, por exemplo, enquadrados burocraticamente (op.cit.:240). A violência, porém, constitui uma ruptura para quem a exerce. Isto é, não é possível passar à violência sem se dar conta desse salto qualitativo da prática (op.cit.:242).

A explicação da banalidade do mal não se aplica a sujeitos mas a gente fora da moral que não seja a da obediência ao poder político e ao Estado. São fragmentos de um sistema tecnológico (op.cit.:247). Essas pessoas estão endurecidas e tem a sensibilidade desfeita (op.cit.:251). A banalidade do mal não parece possível senão onde o mal é legítimo (op.cit.:252). O que nos deixa na posição de reclamar pelo estudo do Estado e dos males que ele legitima, como promoção de violência sem sentido social, no sentido de promoção da conflitualidade institucionalizada e da sociabilidade entre os cidadãos, que Wiewiorka nos nega.

A crueldade é o capítulo mais importante desta última parte, pois acaba por ser uma síntese do que há a aprender.

A crueldade é associada ao prazer, às circunstâncias, à loucura, isto é, à impossibilidade de análise (op.cit.:255) (noutras palavras eventualmente preferíveis, ao vício, ao estado de espírito, à perversidade): “ces aspects du phénomène sont extrêmes, souvent apparemment marginaux, ils jouent aux limites plus qu´au cœur de ce que nous appelons spontanément ´violence´, et pourtant, ils en constituent le noyau le plus central, car le plus pur, le plus dépouillé, le plus radical. Peut-être même faut-il considéré qu´il définissent la violence bien mieux et bien plus que tout autre dimension” (op.cit.:256).

“De tels phénomène [cruauté, sadisme] semblent relever de l´activation de pulsion archaïques, originaires, jusque-là interdites et cachées (…). La psychanalyse est constamment mobilisée [et Derrida] associe la cruauté au pouvoir et à la question de l`État” (op.cit.:262). “(…) [elles] fonctionnent sur un autre registre que celui de la raison (…). Elles peuvent même avoir une certaine fonctionnalité: ici, magique, d´en finir avec la honte, ailleurs, plus instrumentale, de délivrer un message” (op.cit.:263). “(…) ne pas confondre notre ignorance, notre incompréhension ou mos préjugés avec une analyse approfondie du sens des actes et des conduites, aussi barbares qu´elles puissent apparaitre” (op.cit.:264).

« Avant de mourir, la victime doit être dégradée afin que le meurtrier sente mojns le poids de la faute », citado de Primo Levy a pp. 266. “Il y a lá un mécanisme paradoxal, dans lequel pour pouvoir se supporter soi-même, alors qu´on livre à des comportements violents sur autres personnes, il faut les traiter comme des non-humains, d´une manière inhumaine que les ´coisifie´, ou les animalise, en tous cas les extrait de l´humanité. (…) La négation de la subjectivité de l´autre est mise au service de l´affirmation de soi” (op.cit.:266). Um « si » socialmente distinto da relação social que pudesse estabelecer com aquela humanidade desumanizada.

Como na prisão, “une certaine préparation politique ou culturelle peuvent favoriser les excès de la cruauté” (op.cit.:264). Ou na prisão a crueldade torna-se exigível como condição recomendável para favorecimento da sobrevivência, como parece quando “la brutalité et la cruauté surgissent rapidement” (op.cit.:263), apesar da educação dos protagonistas da experiência de Stanford? “La conviction de l´impunité ne suffit pas à rendre possible la cruauté. It y faut aussi l ´encouragement et la capacité à rompre l´injonction morale de ne pas tuer. C´est pourquoi le thème du remords mérite d´être présent dans la réflexion sur la cruauté (…)” (op.cit.:264). Remorso, culpabilidade, medo, cultura do ódio são susceptíveis de manipulação institucional, na tropa, na prisão, no trabalho, através dos *media*, da arte, da ciência.

A montante há dois tipos de explicação da violência e da crueldade: um centra-se nas características das pessoas e outro tipo centra-se nas construções sociais que as favorecem (ou implicam tacitamente) (op.cit.:278-9). A jusante, o stress pós-traumático pode ou não ser tratado, conforme a sociedade quer ou não ouvir os testemunhos do que aconteceu, conforme cada pessoa é capaz ou não de isolar a violência da sua vida quotidiana (doubling) (op.cit.:279).

O último capítulo apresenta uma tipologia de violências organizada em função do conceito de sujeito que o autor pretende valorizar. “(…) la violence se comprend mieux à partir du moment où l´on fait intervenir la subjectivité de son ou de ses auteurs (…)” (op.cit.:284). Com exclusão ou simples esquecimento das vítimas  ou sobreviventes?

“La notion de sujet inclus ou, tout au moins, implique son contraire, (…) l´anti-sujet (…) ” (op.cit.:287). Não se trata de uma problematização psicológica (um sujeito pode ser um grupo). Trata-se de observar a) capacidade (mais ou menos limitada e reprimida) de se constituírem sujeitos b) mecanismos de desubjectivação ou c) expressões de anti-sujeito (op.cit.:288).

Tipologia de sujeitos perante a violência

|  |  |
| --- | --- |
| Sujeito flutuante | “lorsqu´un sens préexistant disparait ou de l´aval, lorsqu´une attente, un besoin ne trouvent pas encore leurs formulation claire (…) la violence correspond ici à une subjectivité qui ne débouche sur aucune emprise réelle, concrète” (op.cit.:292) un vif sentiment d´injustice, de non-reconnaissance (…) se transforme en violence (…) la violence urbaine explose (…)”(op.cit.:293). |
| Hipersujeito | (Estado nascente) recharge de sens, “il cesse d´être ´flottant´ pour aller chercher ailleurs, une nouvelle légitimité” (op.cit.:294). “ (…) caractéristique essentielle des phénomènes totalitaires et sectaires naissants (…) une intense subjectivité (…) et une grande hétéronomie (…) charisme (…) mouvement (…) Mais se serait commettre une profonde injustice et une grave erreur que de réduire cette figure du sujet à ses seules dimension d´autodestruction et de destruction (…)” (op.cit.:295). |
| Não sujeito | Banalidade do mal, Milgram, burocratas, “ (…) non pas un quelconque déficit de sens (…) mais plus radicalement encore un déficit de subjectivité (…)” (op.cit.:296) . “ (…) celle où la violence est possible précisément parce que la subjectivité nést pas en cause (…)” (op.cit.:297) . |
| Anti-sujeito | Crueldade “ (…) sans lien avec un quelconque sens en dehors de celui que [la violence] constitue en elle-même (…) non référée à un rapport social (…)” (op.cit.:297) “ (…) intense subjectivité (…) mais quasi animal (…) rompt, en définitive, avec tout humanisme, et avec tout esprit démocratique (…) il est destructive, jamais constructive (…) il ne cherche pas à se prolonger dans l´action” (op.cit.:298) |
| Sujeito sobrevivente | “ (…) menacée dans son être même (…) la violence des jeunes, dont les conduites de rage et de haine ou les émeutes urbaines (…)” (op.cit.:299) “ (…) la violence fondamentale est ´préambivalente´, elle se rattache à l´instinct de vie et ne découle pas de la pulsion de mort (…) ne relèvent donc ni de l´agressivité, ni du sadisme.” (op.cit.:300) “la violence fondamentale est l´expression du refus de l´écrasement ou de la négation de soi (…)” (op.cit.:301) |

“ La violence, de [nôtre] point de vue, est l´échec, l´impuissance ou la perversion du suject (…)” (op.cit.:299)

Collins aproxima-se positivamente e Wieviorka afasta-se racionalmente

Nenhum assume a natureza humana (social e de poder) wieviorka pq é anti-social e Collins por é “difícil”

Nenhum repara no efeito difusor da violência (:272 wieviorka e 278 Collins)

Vítima está despedida 284 wieviorka

Absurdos:

1. Análise histórica mas centrada nos anos sessenta (vistos de Paris):20
2. Constatação do excepcional incremento de violência pós queda da URSS (só válida para quem ignorou a primeira metade do século XX e o trabalho de Elias e para quem quer destacar o caracter “INFRA-POLITICO” da violência do seu tempo, por contraste com a violência política (conflitual) anterior:21
3. Mobilização do sentimento de insegurança subjectivo – ausência do conflito estruturante e teoria da transição:33 – com bases não testadas – fala provavelmente de um consenso interpares -, nomeadamente porque as referências subjectivas a classes mantém-se estáveis na população francesa desde o fim da segunda grande guerra no período, cf: **Chauvel, Louis (2006:309).** Isto é: o autor parte do seu próprio sentimento e da cumplicidade que pode estabelecer com os seus leitores, socializados nos mesmos meios “pós-industriais” de pensamento para desvalorizar a violência passada e hipervalorizar a presente e futura. E se a guerra nuclear entre superpotência tivesse ocorrido? E de em vez de francês o autor fosse iraquiano? Ou líbio?
4. A violência é anti-social por definição pq sujeito se afirma e confirma no tempo e em sociedade e a violência descrita sempre como individual e episódica (petição de princípio moralista):307 (paternalista e unilateral por ausência do Estado:308)
5. O social (cuja falta abre campo à violência:313-4) é uma construção do sujeito (criado à imagem do sociólogo), pelo que nem a sociologia atinge tal compreensão.

O conflito capitalista não foi ruptura mas era para ter sido; não foi?:24 como é exemplo de conflito-anti-violência.

**NOTA: Haverá um contínuo conflito-violência (quanto mais claro e consciente for o conflito menor a violência?) ou o que há são duas dimensões da vida: a conflitual (de origem objectiva e, portanto, objectivável) e a violência (de origem subjectiva e, por isso, dificilmente objectivável; sujeita, todavia, a regimes e sistemas de condução, como os activismos não-violento, democrático, internacionalista, pacifista, abolicionista das penas)?**

Um problema do Wieviorka é a fidelidade ao accionalismo, anti-durkheimiano, que segundo me parece impede o autor de ir mais longe, nomeadamente na análise das questões morais. Ele resolve a questão com preto e branco: os movimentos sociais e os anti-movimentos sociais (se fossem movimentos anti-sociadades modernas ainda percebia, mas assim não consigo entender qual é o critério utilizado) os sujeitos e os anti-sujeitos históricos, quais Cristo e anti-cristo laicizados.

No fim do livro o autor confessa: não tratou da violência institucional :281. O que é curioso para quem entende os movimentos sociais como actores de mudanças institucionais, a sociologia accionalista como o estudo das transformação social e o conflito entre movimentos sociais e instituições o motor da historicidade.

Ver :193 (2ºparag) e 203 (1º parag) para ler confissões weberianas do autor

1. Não considera a violência doméstica, apesar de dizer procurar a essência da violência. Não trata da violência simbólica. Não trata do crime, embora se centre frequentemente na moral forense.
2. Define sujeito como potencialidade a realizar (por via estrutural e individual) e, ao mesmo tempo, pressupõe desejo generalizado de cumprimento dessas potencialidades (:292), quando a submissão é um traço relevante das sociedades modernas (:296) – que condicionam o sentido de igualdade social prometida pela modernidade. Ou então trata a violência como fenómeno marginal, ao invés do que prometeu ir fazer. Isso permite-lhe depois fazer a prova por absurdo (308/9).
3. Colocar a violência no centro teórico significa estabelecer a igualdade teórica das potencialidades humanas a esse respeito e privilegiar a introspecção e o quotidiano de onde emergem fenómenos de violência.
4. Moral racionalista, aparece puritana (297;314). Não explica a passagem à violência.
5. grounded theory vs tabela periódica
6. Análise “cultural” falha análise política (woodiwiss) e justifica urgência moral (314)
7. No fim é que pergunta se pode haver um mundo sem violência? Quando durante todo o trabalho “lutou” moralisticamente contra a violência (mal)?

*Um problema com a teoria weberiana é o seguinte: a fuga aos problemas epistemológicos colocados pelo nominalismo não se resolve transportando o problema para um jogo selectivo de atribuição de sentidos. Pelo contrário: o critério de compaginação com o senso comum torna-se (tautologicamente) o processo de objectivizar a subjectividade dos autores sociológicos.*

*Isso é notório a respeito da burocracia (da justiça e da política) quando certos actores vêm reconhecidos direitos racionais (de produção adequada de sentido e expressão) e outros vêm negado não apenas os seus direitos mas também a respectiva capacidade expressiva.*

Falta considerar os segredos sociais e o volume de trabalho social para construir sujeitos (ou não-sujeitos).

220 e seg

268

227 e seg

278/9

284

288

Loucura em relação a si

Negar o outro para ser sujeito

Puro prazer

Perda de sentido

Medo

submissão

Ideologia

Impunidade proibicionista

Mito

Cultura de ódio

revivalista

Delirante, psicótico, paranóico

Libido

Poder (perverso)

“la zone intellectuelle et politique où la violence pourrait faire l´objet de prise de position compréhensives, voir ouvertes, s´est singulièrement rétrécie, un consensus très large s´est mis en place pour la refuser et la dénoncer. Le débat philosophique, moral ou étique semble clos s´il s´agit de la violence (…)“ (Wieviorka, 2005:68).

“Il n´est pas de penseur importante, dans les sciences sociales comme en philosophie politique, qui n´ait, d´une façon ou d´une autre, exprimé un point de vue sur la violence (…) » :143

as vítimas civis passaram de 5% na I Grande Guerra para 50% na II Grande Guerra e 90% na última década do século XX (Wieviorka, 2005:83).

**Tipos de violência:**

Incitamentos de frustrações no acesso a estilos de vida (direitos, consumos) sentidos como modelo de vida (Merton) podem levar à delinquência e à revolução:148

incitamento de intelectuais frustrados :156

Hobbes e a natureza humana:162

Olson e os sindicalistas norte-americanos que organizavam piquetes para combater os free-riders e para angariar associados :166

Charles Tilly e as contestações aos USA pelos cidadãos contra a segregação racial e a guerra: a violência seria um “recurso” entre outros – como o dinheiro, a ideologia, etc.:170

Adorno viu a base do nazismo na cultura transmitida pelas famílias autoritárias às crianças (não explica o que aconteceu no caso dos guerrilheiros de esquerda):186

Ambientes de alta violência tem influência na cultura e na psique das pessoas (Líbano dos anos 80):191

Distinção entre violência estrutural e directa (ou face-a-face) apoiam-se em “culturas de base” segundo Galtung:192

Linchamentos populares (quentes) e organizados (frios):206

Progroms russos + hútus mantam tutsis no Ruanda: exemplos de manipulação pelo poder de identidades sociais:207

Brigadas vermelhas (sucesso de recrutamento sobrecarregam a organização com excesso de activismo “quente”, sem “frieza”) + holocausto (“arrefecimento” da “Noite de Cristal”):208

Violações, mutilações sexuais em massa Bósnia, Ruanda, Guatemala:210

Críticas a Elias: Elias não distingue agressividade de violência :197 (estrutura social e emocional) Civilização e brutalização são processos paralelos :201

Parsons: acção/violência instrumental (recurso) vs acção/violência expressiva (mensagem):203 [a que pode juntar “culturas de base” para dar 3 dimensões ee]

Amálgama entre fins e meios (reclama autor):204 [MAS ISSO É PORQUE EM CONTEXTOS DE TRANSFORMAÇÃO irreversibilidade, turning point, retroacção profunda do espírito ao genes, A SEPARAÇÃO DISCIPLINAR E DIMENSIONAL DEIXA DE FUNCIONAR: POR ISSO É PRECISO PENSAR EM EE AFECTOS EMOÇÕES]

III PARTE

CAP 9 – falta de sentido e recarga de sentido

Falta ou perda de sentido, ex: crime (deficit de sentido PROIBIR); terrorismo (ideologia SUBMISSÃO); mito (comunitarismo ETA, MARGINAL)

Excesso de sentido: palestinos

Auto-destruição: motins suburbanos; mártires

CAP 10 – sem sentido

Heichman e banalidade do mal, Milgram, batalhão polícias nazis, dirigentes nazis, acção repressiva nazi

CAP 11 –

Violência faz sentido no quadro histórico (Rev Francesa, Russa) embora vá de par com violência sem sentido (violência pura) que é a radicalização e definição central da violência :255/6

RAZÃO DISTINGUE HUMANO E DESUMANO (discriminação) E JUSTIFICA A VIOLÊNCIA HUMANA CONTRA A VIOLÊNCIA DESUMANA

Exclusão de VÍCIO ee E DE NATUREZA HUMANA: O SENTIDO NÃO FAZ SENTIDO! SEPARA DIRIGENTES (bons) E OPERACIONAIS (maus)

Abusos sexuais ou crimes são violência pela violência (o autor não se lhes encontra sentido racional) :257 (a infrapolítica torna-se, assim, não política)

“Il faut donc s´attacher a la façon dont [l´excès collective] est perpétré et non aux buts qu´il peut viser » :261 SEPARA DIRIGENTES (bons) E OPERACIONAIS (maus)

« pulsion archaïques, originaires » 262 HOBBES « la psychologie est constamment mobilisée (…) dés qu´il s´agit de penser la violence en soit »

« Trois figures de la cruauté (jouissance ; folie ; rapport de soi à soi passant (…) par la négation de l´autre pour se construire humain) « :268

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| Wieviorka :256 | APD | Wieviorka |
| jouissance | Afiliação | Cultura do ódio 275 |
| folie | Desenvolvimento | Medo 273 |
| négation de l´autre | Poder | Impunidade 272 |